

Estamos vivendo um momento de grande turbulência no setor elétrico: o Pacote do Governo Federal para o Setor traz profundas modificações no cenário das empresas e novos e importantes elementos para a discussão da renovação das concessões.

O impacto na receita das empresas será grande, o negócio do setor elétrico será menos rentável a partir de agora, mas qual o impacto real isso terá no planejamento das empresas e na vida dos eletricitários de todo o Brasil?

Todos nós, representantes dos trabalhadores, ainda estamos estudando, discutindo e procurando entender toda a complexidade das novas medidas. Os conselhos, certamente, serão espaço privilegiado nesse processo e uma coisa é certa: Nós estaremos lá, defendendo sempre os interesses da categoria e da sociedade - as empresas públicas do setor elétrico são patrimônio de todos os brasileiros.

*Um abraço dos companheiros,  
Fernando Pereira e Daldegan*

## DESVERTICALIZAÇÃO DA AMAZONAS ENERGIA O que espera por nós?

Não é mais novidade para ninguém na Eletronorte a discussão da desverticalização da Amazonas Energia e a possibilidade da transferência dos seus ativos de geração e transmissão para a Eletronorte.

Nós vemos isso com preocupação, estamos levantando informações sobre o assunto e esperamos que essa transferência não seja sinônimo de prejuízo para nossa empresa, mas o tema ainda não foi discutido no Conselho.

Já temos informação de que existe um grupo de trabalho e futuramente vamos discutir esse assunto nesse espaço.

# Nossa Luta No Conselho

BOLETIM ON-LINE DA REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ELETRONORTE • 23 DE SETEMBRO/2012



## AQUISIÇÃO DA SEDE PELA ELN É UM BOM NEGÓCIO PARA TODOS

Há muito tempo, os trabalhadores da Eletronorte sabem que a empresa gasta um valor muito significativo no aluguel da sua sede em Brasília e muitos se perguntavam porque a empresa não construía uma sede própria, uma vez que já tinha até um terreno disponível e bem localizado para isso.

Finalmente, a sede própria está se tornando uma realidade. Nós, como conselheiro, cobramos que a Eletronorte apresentasse o projeto de construção da sede e seu respectivo cronograma e comprovamos que a empresa economizará valores muito significativos, de forma que, em poucos anos, reaverá o dinheiro investido, agregando ao seu patrimônio um imóvel muito valorizado.

O projeto está dividido em quatro fases. A primeira, já concluída, prevê dimensionamento do Programa de Necessidades; definição dos padrões de área por função; análise do projeto de arquitetura existente; elaboração do novo projeto conceitual de arquitetura; memoriais descritivos e anteprojeto de instalações; orçamento preliminar das obras; e, minuta de Termo de Referência para contratação das obras. A Segunda fase, em andamento até fevereiro de 2013, prevê licenciamentos, plano de ocupação, dentre outros. As terceira e quarta fases vão de setembro de 2012 a novembro de 2014, quando a sede nova deve estar pronta.

O projeto prevê construção de uma área superior a 55 mil m<sup>2</sup> e custará em torno de R\$ 450 milhões. Parece muito, mas quando comparamos aos valores gastos em aluguel com a sede de Brasília, entendemos porque a construção da sede vale a pena. Hoje, a Eletronorte paga mais de dois milhões de reais por mês com o aluguel da sua sede, ou seja, são cerca de R\$ 25 milhões gastos por ano num imóvel que não é próprio e não acrescenta nada a seu patrimônio, aos ativos da empresa.

O estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira apresentado ao Conselho de Administração aponta ainda muitas outras vantagens da aquisição da sede, como: certeza do valor do empreendimento; antecipação da eliminação de riscos e melhorias no conforto; imediato atendimento das necessidades de todo o grupo Eletrobrás; maior infraestrutura da região; menor custo de operação, manutenção e segurança, dentre muitos outros.

Por isso, sempre defendemos a construção da sede própria e, no Conselho, continuamos na luta por sua aquisição definitiva.

# A ELETRONORTE NÃO PODE ABRIR MÃO

Também cobramos uma apresentação ao Conselho de Administração sobre os negócios de telecomunicação, especialmente sobre os contratos existentes com a Eletronorte/Superintendência de Telecomunicação de prestação de serviços com a Telecom, uma vez que esses negócios representam uma receita significativa.

A Eletronorte possui contratos com várias empresas do ramo, onde disponibiliza principalmente infraestrutura (aluguel de espaço em torre) e transporte ponto a ponto. Em 2006, esses negócios não representavam nem R\$ 2 (dois) milhões de receita. Hoje, representam mais de R\$ 60 milhões/ano, com perspectiva de ampliação.

Em 2010, no entanto, um Decreto Presidencial (DL 7175/2010) instituiu o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e impôs também que ELN, ELS, FURNAS, CHESF e Petrobras cooperassem com a implantação do PNBL. O Decreto prevê celebração de contratos de compartilhamento de infraestrutura entre Eletronorte e Telebrás (onde a ELN cede parte de sua infraestrutura de telecomunicações para a Telebrás a título oneroso) e contratos de troca de capacidade, onde a Eletronorte cede canais de comunicação e recebe em troca também canais de comunicação, podendo fazer uso irrestrito deles.

Não somos contra os contratos de cooperação e

sabemos da necessidade de ampliar a banda larga no país, também concordamos que os contratos podem trazer novas e boas oportunidades à Eletronorte, mas não podemos esquecer que também podem trazer consequências negativas e prejudiciais, um exemplo seria a Telebrás começar a negociar e disponibilizar a infraestrutura da Eletronorte. O próprio Governo já disse que o negócio da Eletronorte é energia.

Assim, é fundamental que estejamos atentos. É possível atender o Governo, cooperando com a Telebrás e, ao mesmo tempo, atender a outras empresas/operadoras, mantendo essa significativa receita e até ampliando com novos contratos. A Eletronorte tem capacidade para isso.

Não podemos abrir mão dessa receita, especialmente num momento em que o pacote do setor elétrico trouxe perdas significativas para as empresas do setor. O Governo tem que entender que as empresas públicas do setor elétrico não podem ser enfraquecidas, precisam continuar fortes e sólidas. São um patrimônio nacional construído com muito esforço.

Sempre colaboramos com o desenvolvimento do país e queremos continuar colaborando cada vez mais, inclusive com a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, mas não abriremos mão da sustentabilidade da Eletronorte.

## PACOTE DO SETOR ELÉTRICO

# Nossas primeiras impressões e preocupações

O pacote do setor elétrico, embora já anunciado e esperado, caiu como uma bomba. Foi certamente pior para as empresas do que se esperava. Se hoje, elas vendem um MWh entre R\$ 60 (sessenta reais) e R\$ 70 (setenta reais), com as novas regras, esse valor cai para cerca de R\$ 40 (quarenta reais), para que consumidores e indústrias paguem menos pela energia que consomem.

A contrapartida do Governo não será suficiente para cobrir a perda e reverter os impactos do pacote na receita das empresas. Assim, mais uma vez, estamos diante de uma situação que exige cuidado e muita atenção quanto à sustentabilidade financeira da Eletronorte e demais empresas do setor.

A priori, entendemos, numa visão alinhada com as entidades sindicais, que o pacote beneficia, mais uma vez, quem pode pagar mais, como as indústrias. Lamentamos que o Governo, novamente, não se preocupe com a receita das empresas públicas do setor elétrico e esperamos que, depois, não queiram resolver o problema cortando só da receita de pessoal.

Ainda vamos retomar esse assunto neste boletim. Ele é muito amplo e dá “muito pano pra manga”.

Além disso, o pacote e seus impactos na receita e na vida da empresa ainda será discutido no Conselho de Administração.